

# AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório

Agrupamento de Escolas

N.º 2 de Abrantes

2016  
2017

Área Territorial de Inspeção  
do Sul

## CONSTITUIÇÃO DO AGRUPAMENTO

Jardins de Infância e Escolas	EPE	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	SEC
<b>Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Fernandes, Abrantes</b>			•	•	•
Escola Básica António Torrado, Abrantes	•	•			
Escola Básica de Chainça, Abrantes	•	•			
Escola Básica de Rio de Moinhos, Abrantes	•	•			
Escola Básica de São Miguel do Rio Torto, Abrantes		•			
Escola Básica do Tramagal, Abrantes	•	•			
Escola Básica e Secundária Octávio Duarte Ferreira, Tramagal, Abrantes			•	•	
Escola Básica n.º 2 de Abrantes		•			
Jardim de Infância de São Miguel do Rio Torto, Abrantes	•				

# 1 – INTRODUÇÃO

A Lei n.º 31/2002, de 20 de dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a autoavaliação e para a avaliação externa. Neste âmbito, foi desenvolvido, desde 2006, um programa nacional de avaliação dos jardins de infância e das escolas básicas e secundárias públicas, tendo-se cumprido o primeiro ciclo de avaliação em junho de 2011.

A então Inspeção-Geral da Educação foi incumbida de dar continuidade ao programa de avaliação externa das escolas, na sequência da proposta de modelo para um novo ciclo de avaliação externa, apresentada pelo Grupo de Trabalho (Despacho n.º 4150/2011, de 4 de março). Assim, apoiando-se no modelo construído e na experimentação realizada em doze escolas e agrupamentos de escolas, a Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) está a desenvolver esta atividade consagrada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 15/2012, de 27 de janeiro.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa do Agrupamento de Escolas N.º 2 de Abrantes, realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efetuada entre 21 e 25 de novembro de 2016. As conclusões decorrem da análise dos documentos fundamentais do Agrupamento, em especial da sua autoavaliação, dos indicadores de sucesso académico dos alunos, das respostas aos questionários de satisfação da comunidade e da realização de entrevistas.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente e consolide a autoavaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o Agrupamento, constituindo este documento um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e áreas de melhoria, este relatório oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de ação para a melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa visitou a escola-sede do Agrupamento, a Escola Básica e Secundária Octávio Duarte Ferreira, a Escola Básica e o Jardim de Infância de S. Miguel do Rio Torto e as escolas básicas de Chainça e António Torrado, ambas com educação pré-escolar.

A equipa regista a atitude de empenhamento e de mobilização do Agrupamento, bem como a colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

## ESCALA DE AVALIAÇÃO

### Níveis de classificação dos três domínios

**EXCELENTE** – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e muito acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais consolidadas, generalizadas e eficazes. A escola distingue-se pelas práticas exemplares em campos relevantes.

**MUITO BOM** – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes.

**BOM** – A ação da escola tem produzido um impacto em linha com os valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. A escola apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes.

**SUFICIENTE** – A ação da escola tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola.

**INSUFICIENTE** – A ação da escola tem produzido um impacto muito aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes na generalidade dos campos em análise. A escola não revela uma prática coerente, positiva e coesa.

O relatório do Agrupamento e o contraditório apresentados no âmbito da Avaliação Externa das Escolas 2016-2017 estão disponíveis na [página da IGEC](#).

## 2 – CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

O Agrupamento de Escolas N.º 2 de Abrantes, constituído em abril de 2013, resulta da agregação dos anteriores agrupamentos de escolas Dr. Manuel Fernandes e do Tramagal, avaliados no âmbito do primeiro ciclo de avaliação externa das escolas em 2010 e 2009, respetivamente. Oferece a educação pré-escolar, os três ciclos do ensino básico e o ensino secundário. Está sediado na Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Fernandes, em Abrantes.

No presente ano letivo, a população escolar totaliza 2158 crianças e alunos: 194 da educação pré-escolar (10 grupos); 589 do 1.º ciclo do ensino básico (28 turmas); 436 do 2.º ciclo (21 turmas, uma delas do ensino especializado da música em regime integrado); 502 do 3.º ciclo (25 turmas, sendo uma do ensino especializado da música em regime integrado); 25 de um curso vocacional (uma turma); 369 dos cursos científico-humanísticos do ensino secundário (15 turmas) e 43 em dois cursos profissionais. No Agrupamento funciona também uma turma do Programa Integrado de Educação e Formação. Existem, ainda, duas unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo e uma unidade de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita.

No que respeita aos dados relativos ao contexto sociocultural dos alunos, 2% são estrangeiros e 74% não beneficiam de auxílios económicos da Ação Social Escolar; possuem computador e ligação à internet, 85% dos alunos do ensino básico e 90% dos do secundário. Quanto às habilitações académicas, 21% dos pais e das mães dos alunos do ensino básico e 27% dos dos alunos do ensino secundário detêm formação superior. No que respeita à sua ocupação profissional, 26% dos pais e das mães dos alunos do ensino básico e 34% dos dos alunos do ensino secundário exercem atividades de nível superior e intermédio.

Em termos de recursos humanos, o Agrupamento conta com 223 docentes, dos quais 81% pertencem aos quadros, o que evidencia uma elevada estabilidade profissional, e com 72 não docentes, sendo que apenas um tem menos de 10 anos de serviço. A estes trabalhadores acrescem 11 elementos que exercem funções ao abrigo de protocolos estabelecidos com as autarquias e com as associações de pais e encarregados de educação.

De acordo com os dados de contexto disponibilizados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, relativos ao ano letivo de 2014-2015, o Agrupamento é dos mais favorecidos, quando comparado com as outras escolas públicas. Neste âmbito, salienta-se a percentagem de alunos que não beneficiam dos auxílios económicos da Ação Social Escolar, a média do número de anos da habilitação dos pais e das mães e a percentagem de docentes do quadro.

## 3 – AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

Considerando os campos de análise dos três domínios do quadro de referência da avaliação externa e tendo por base as entrevistas e a análise documental e estatística realizada, a equipa de avaliação formula as seguintes apreciações:

### 3.1 – RESULTADOS

#### *RESULTADOS ACADÉMICOS*

Na educação pré-escolar, a avaliação dos progressos das aprendizagens realiza-se através de um diagnóstico inicial, por áreas de conteúdo das orientações curriculares, e da observação das crianças. Os registos sistematizam a informação recolhida. Contudo, não evidenciam o carácter globalizante das

aprendizagens nem a natureza formativa da avaliação, como é preconizado para este nível de educação. Da mesma forma, não são evidentes implicações significativas no planeamento e na ação educativa.

Considerando os modelos para comparação estatística dos resultados académicos em escolas de contexto análogo, constata-se que, nos três anos letivos em análise (2012-2013 a 2014-2015), estes se caracterizaram por oscilações, com diferenciais significativos face aos valores esperados, em alguns indicadores. No que se refere às taxas de conclusão dos anos terminais dos três ciclos do ensino básico, estas ficaram sempre aquém dos valores esperados no 6.º e no 9.º ano de escolaridade, facto que também se verificou no 4.º ano em 2014-2015, evidenciando uma descida relativamente aos valores observados nos dois anos letivos precedentes.

Quanto às provas de avaliação externa, o 4.º ano apresenta uma tendência de estabilização, com resultados em linha com os valores esperados em 2014-2015, tanto a português como a matemática. No 6.º ano, constata-se, em ambas as disciplinas, uma descida em relação ao ano letivo de 2013-2014, situando-se aquém do esperado em 2014-2015. No 9.º ano, a tendência é de agravamento a matemática, com valores aquém dos esperados no triénio em análise, e de melhoria a português, atingindo resultados acima do esperado em 2014-2015.

Relativamente ao 12.º ano, assinala-se a tendência de evolução nas médias dos exames nacionais de português e de história, mas uma descida na média de matemática e na taxa de conclusão, com valores aquém do esperado em 2014-2015.

A inconsistência dos resultados académicos no decurso do triénio indicia pouca eficácia das ações implementadas e a existência de fragilidades ao nível dos processos de ensino e de aprendizagem, designadamente em termos de adequação às especificidades e necessidades da generalidade dos alunos, tendo em vista a melhoria, sustentada, do sucesso.

Considerando que o Agrupamento apresenta variáveis de contexto muito favoráveis e que os resultados se situam, genericamente, aquém dos valores esperados, há ainda um trabalho a desenvolver, em ordem à melhoria do desempenho dos alunos, tal como é reconhecido pelos responsáveis e é evidente nos planos de ação delineados, cuja implementação foi iniciada no presente ano letivo.

No que diz respeito aos cursos vocacionais, as taxas de sucesso no triénio 2013-2014 a 2015-2016 foram de 57%, 100% e 93%, respetivamente, revelando algum progresso, embora não sustentado. Quanto aos dois cursos profissionais, cujo ciclo de formação ocorreu naquele mesmo período, registam-se taxas de conclusão de 94% no de Técnico de Apoio à Infância e 78% no de Técnico de Energias Renováveis e um reduzido número de desistências, o que se sublinha.

A análise dos resultados académicos é realizada, com regularidade e a diversos níveis, pelas diferentes estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica. A partir das reflexões produzidas foram implementadas medidas direcionadas para a promoção do sucesso escolar que, no entanto e até à data, não tiveram impactos significativos na melhoria dos resultados académicos.

Em termos de abandono escolar, a taxa é residual (0,4%; 0,1%; 0,2%), nos anos letivos de 2013-2014 a 2015-2016.

### *RESULTADOS SOCIAIS*

A educação para a cidadania é promovida, transversalmente, desde a educação pré-escolar, com o trabalho realizado em torno da apropriação e do cumprimento de regras. No ensino básico, no âmbito da oferta complementar, são abordadas temáticas relativas aos princípios e valores, à educação para a saúde e ambiental, entre outras, o que contribui para a formação pessoal e social dos alunos. O apadrinhamento dos do 5.º ano de escolaridade, pelos do ensino secundário, assim como a formação para delegados de turma, iniciada no presente ano letivo, e dinamizada pela psicóloga, constituem práticas

positivas que visam o incremento do sentido de responsabilidade na assunção destas funções. Contudo, a auscultação dos alunos, com a realização de assembleias de turma ou de delegados, tendo em vista a recolha de sugestões para a melhoria da organização e funcionamento do Agrupamento, não é habitual, o que prejudica o seu envolvimento e responsabilização nos processos de tomada das decisões que lhes dizem respeito.

É visível a contribuição do Agrupamento para o desenvolvimento de competências no âmbito da participação cívica através da implementação de projetos e programas como, por exemplo, *Sé Plural como o Universo* e Parlamento dos Jovens. Está constituída uma associação de estudantes, que envolve apenas alunos da escola-sede, e que tem vindo a promover algumas atividades, de cariz lúdico e solidário. Sublinha-se a intervenção dos alunos em ações de voluntariado e de solidariedade, com destaque para *Juventude Amiga*, uma associação criada na Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Fernandes, há alguns anos, e que apoia famílias com carências económicas, e *Natal Solidário*.

Salienta-se a atividade desenvolvida pelo Desporto Escolar, em diversas modalidades como a natação, atletismo, ténis, ténis de mesa, tiro com arco, xadrez, voleibol e *boccia*, que abrangem um número significativo de alunos.

O regulamento interno estabelece os *comportamentos não aceitáveis* e elenca as respetivas sanções, fomentando todos os docentes o cumprimento destas regras, que se encontram afixadas nas salas de atividades e de aula, o que tem propiciado a melhoria das condutas dos alunos. Por outro lado, a intervenção célere dos diretores de turma e da direção, bem como o contacto imediato com as famílias, tem contribuído para a diminuição de ocorrências disciplinares. O ambiente educativo é calmo e propício ao ensino e às aprendizagens, não se registando casos graves de indisciplina. Este facto evidencia-se no decréscimo da aplicação de medidas disciplinares corretivas ou sancionatórias ao longo do último triénio. Assim, um dos pontos fracos assinalados numa das anteriores avaliações externas, “A inexistência de uma estratégia global e concertada de prevenção da indisciplina”, foi superado.

O Agrupamento detém algum conhecimento acerca do percurso académico ou profissional dos alunos após a conclusão dos seus estudos. Conhecem-se alguns dados relativos à empregabilidade ou ao ingresso no ensino superior, mas não há um seguimento sistemático dos alunos após a sua saída da escola, o que não permite aferir o impacto da sua ação.

#### *RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE*

A comunidade educativa auscultada, no âmbito da presente avaliação externa, através da aplicação de questionários, revela, globalmente, uma opinião positiva sobre o serviço prestado pelo Agrupamento, embora se registre uma elevada percentagem de respondentes que escolheram a opção *não concordo nem discordo*. Os pais e encarregados de educação destacam a boa comunicação entre o jardim de infância ou a escola e as famílias, nomeadamente através do diretor de turma. Entre os docentes e não docentes, predomina a concordância com a abertura da escola ao exterior. Os índices de satisfação mais baixos referem-se à pouca qualidade do serviço de almoço e à não utilização dos computadores.

Os sucessos das crianças e dos alunos são valorizados com a exposição de trabalhos no espaço escolar e também na comunidade. O reconhecimento dos melhores desempenhos académicos, cívicos e desportivos é efetuado em vários momentos e através de diferentes atividades, nomeadamente com a atribuição de prémios em diversos concursos e projetos em que participam e a homenagem que lhes é prestada, em cerimónia pública, no *Dia do Diploma*. Também os melhores alunos que concluíram o ensino secundário são premiados, através duma parceria do Agrupamento com a câmara municipal e uma empresa da região. As audições públicas dos alunos que frequentam o ensino especializado da música, as apresentações de âmbito desportivo e os espetáculos de teatro, são eventos que contribuem também para valorização dos seus desempenhos. Está assim ultrapassado um dos pontos fracos identificados

numa das anteriores avaliações externas, “A inexistência de iniciativas destinadas a premiar os alunos pelo seu bom desempenho académico e cívico”.

O envolvimento dos pais e encarregados de educação na vida da escola é um aspeto a relevar e traduz-se na sua colaboração em atividades diversas, com destaque para as feiras da *Primavera* e do *Outono*, realizadas em várias unidades educativas, assim como para as festas de encerramento do ano letivo, a participação em recitais de poesia e nas *Grandes Aulas*, por exemplo. Destaca-se também a colaboração das associações de pais e encarregados de educação no desenvolvimento de várias ações que contribuem para a melhoria da prestação do serviço educativo, nomeadamente no âmbito da componente de apoio à família nos jardins de infância.

Por outro lado, o Agrupamento envolve-se em iniciativas da comunidade, como sejam a comemoração do centenário da elevação de Abrantes a cidade e outras relacionadas com o projeto educativo municipal, ou as *Conferências do Liceu*, bem como *Realizadores de Palmo e Meio* em colaboração com associações locais, que dão visibilidade ao trabalho realizado em contexto escolar. A abertura ao exterior evidencia-se ainda na adesão a projetos e iniciativas nacionais como sejam o 10X10, da Fundação Calouste Gulbenkian.

A diversificação da oferta formativa tem tido alguma expressão, destacando-se o ensino especializado da música em regime integrado. Contudo, a oferta de cursos profissionais é limitada e não tem tido grande adesão da comunidade escolar.

Em síntese, a ação do Agrupamento tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **SUFICIENTE** no domínio **Resultados**.

## 3.2 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

### *PLANEAMENTO E ARTICULAÇÃO*

Identificam-se algumas dinâmicas de trabalho em equipa, entre os educadores e os professores que lecionam a mesma disciplina/ano de escolaridade, designadamente a realização conjunta de planificações de longo e médio prazo, a uniformização de procedimentos, a construção de materiais didáticos e de avaliação de alunos. Ainda que seja referida a partilha de práticas científico-pedagógicas, este trabalho não tem sido aprofundado de forma a potenciar uma reflexão generalizada e abrangente sobre as causas do (in)sucesso, promotora de ações concertadas de gestão do currículo que potenciem a melhoria sustentada das aprendizagens e dos resultados.

Na transição de níveis de educação e ensino, é transmitida informação pelos educadores aos professores do 1.º ano de escolaridade e pelos que lecionam o 4.º ano aos diretores de turma do 5.º, sobre as características de crianças e alunos, o que é facilitador da sua integração no ciclo seguinte. Para o mesmo objetivo contribuem as atividades que envolvem crianças da educação pré-escolar e alunos do 1.º ciclo. No entanto, este trabalho conjunto não incide, de forma intencional e generalizada, na gestão e articulação curriculares nem tem subjacente um planeamento em termos de aprendizagens sequenciais e integradas.

No presente ano letivo, os coordenadores de departamento curricular fizeram o levantamento dos conteúdos comuns, por ano de escolaridade, e identificaram o contributo de cada disciplina na sua abordagem, sendo a operacionalização da articulação de conteúdos programáticos entre disciplinas da responsabilidade dos conselhos de turma, tal como evidenciam os planos de turma analisados. Ainda assim, a articulação horizontal do currículo assume, nos diferentes níveis e ciclos de ensino e cursos, maior expressão ao nível dos projetos e visitas de estudo. Por outro lado, os projetos curriculares de

grupo e os planos de turma apresentam uma estrutura comum e reúnem informação útil sobre o perfil e o percurso das crianças e dos alunos. Porém, não identificam os aspetos a ter em conta no desenvolvimento e gestão do currículo focados nas potencialidades e necessidades dos alunos ao longo do respetivo nível de ensino e na transição entre níveis/ciclos.

Este é, pois, um trabalho a aprofundar, tendo em vista uma efetiva gestão das orientações curriculares e do currículo que promova a “(...) sequencialidade das aprendizagens e o desenvolvimento de competências ao longo do percurso escolar dos alunos”, tal como havia sido já identificado como ponto fraco numa das anteriores avaliações externas.

Sublinha-se o conjunto de iniciativas incluídas no plano anual de atividades, que contribuem para a contextualização do currículo, em todos os níveis e ciclos de ensino, como sejam, entre outros, o projeto *A Encosta*, as visitas de estudo ao centro histórico de Abrantes, ao Parque Ambiental de Santa Margarida, ao Centro de Ciência Viva de Constância, a construção de relógios de sol e astrolábios, o *Sarau Medieval* e as diversas exposições temáticas realizadas. É também de realçar a ligação ao meio promovida com os alunos do Programa Integrado de Educação e Formação e a que se realiza no âmbito dos cursos vocacionais e profissionais, em articulação direta com instituições e empresas locais.

A elaboração do plano anual envolve a participação de todo o corpo docente, resultando de contributos que emergem de reuniões realizadas ao nível dos departamentos curriculares, das *áreas disciplinares* e dos conselhos de turma. Assim, o ponto fraco referenciado numa das anteriores avaliações externas, “A existência de um Plano Anual para cada estrutura e para cada unidade educativa, dificultando a concertação de práticas educativas e a consolidação do espírito de Agrupamento”, encontra-se totalmente superado com a construção e implementação de um plano anual de atividades comum ao Agrupamento.

#### *PRÁTICAS DE ENSINO*

A informação relativa à caracterização individual e à avaliação diagnóstica, expressa nos projetos curriculares de grupo e nos planos de turma, contribui para algum conhecimento das especificidades de crianças e alunos. Todavia, esta recolha não é maximizada no sentido de ajustar a ação educativa às capacidades e ritmos de aprendizagem individuais. Da mesma forma, as planificações analisadas apresentam objetivos a atingir, conteúdos a analisar e atividades a desenvolver, mas não preveem a implementação de estratégias diferenciadas, tendo em conta as características específicas de crianças e alunos. São pouco evidentes as práticas de diferenciação pedagógica e de aprendizagem cooperativa, e não se verifica o recurso a metodologias inovadoras. O trabalho de projeto a nível curricular, mesmo em contextos mais propícios como é o caso da educação pré-escolar e do 1.º ciclo, não é uma prática habitual.

Na generalidade, predomina a realização de trabalhos/atividades individuais, sendo o papel das crianças e dos alunos essencialmente passivo, com pouco espaço para explorar as suas sugestões. Prevalencem métodos de ensino centrados no professor, com pouca articulação entre áreas curriculares e com estratégias de avaliação pouco diversificadas e focadas nos conteúdos. Sublinha-se, no entanto, a constituição de grupos temporários de homogeneidade relativa, no presente ano letivo, no 1.º ciclo, no 7.º ano de escolaridade e em duas turmas do 8.º ano, no âmbito do projeto + *Sucesso*, que tem vindo a promover práticas mais ativas e diferenciadas. Refira-se também a rendibilização dos recursos das bibliotecas escolares na dinamização de atividades de pesquisa, na promoção da leitura, de um modo transversal a todos os níveis de educação e ensino.

Da mesma forma, regista-se a realização de alguns projetos indutores de metodologias ativas e experimentais, como sejam *A Encosta* e *Cientistas de Palmo e Meio* ou os dias em que os laboratórios estão abertos, permitindo o contacto dos alunos mais novos com as atividades experimentais preparadas pelos do ensino secundário. Todavia, não há evidências que estas iniciativas tenham impacto nas práticas docentes e no incremento de aprendizagens significativas, com um maior envolvimento dos alunos na construção dos saberes, sendo esta uma área a merecer investimento. Embora se verifiquem,

globalmente, alguns constrangimentos no acesso a meios informáticos na sala de aula, nos casos em que tal não acontece os recursos tecnológicos não são utilizados para criar ambientes estimulantes e favoráveis à aprendizagem. Também a plataforma *moodle* não é rentabilizada por todos os docentes e disciplinas enquanto ferramenta educativa.

A valorização da dimensão artística assume relevo na oferta educativa – ensino especializado da música em regime integrado, curso profissional de Artes do Espetáculo – Interpretação, *Clube Orff* e o projeto *Expressões no 1.º Ciclo*, numa parceria com a Escola Superior de Educação de Santarém.

Sublinha-se a mobilização de recursos para os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, nomeadamente nas unidades de ensino estruturado e de apoio especializado, que proporcionam um acompanhamento abrangente que resulta, em boa medida, da adequada articulação entre os diversos profissionais, em interação com as famílias. As taxas de sucesso que, no último triénio, foram de 84%, 85,5%, 89%, revelam-se globalmente eficazes, embora com resultados muito baixos no 2.º ano de escolaridade, o que merece reflexão. De registar, o trabalho em rede entre os elementos que integram as várias estruturas de apoio, otimizando as valências disponíveis na comunidade. As parcerias com entidades locais, como o centro de saúde, o Centro de Recuperação e Integração de Abrantes (CRIA), o Regimento de Apoio Militar de Emergência (RAME), entre outros, garantem respostas especializadas e complementares, em áreas diversificadas.

O acompanhamento da prática letiva ocorre em sede de departamento curricular, cingindo-se, quase sempre, ao balanço do cumprimento das planificações e à análise dos resultados escolares. Releva-se a promoção da observação de atividades/aulas entre pares, embora aconteça apenas em regime de *voluntariado*, bem como se sublinha a formação neste âmbito em colaboração com a Universidade Católica do Porto. Contudo, o facto de não se observarem práticas generalizadas de supervisão das atividades letivas, em contexto de sala de aula, compromete a monitorização da eficácia do processo de ensino e a melhoria generalizada dos resultados escolares. Subsiste, assim, um dos pontos fracos identificados numa das anteriores avaliações externas.

#### *MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS*

As estruturas de orientação educativa e coordenação pedagógica têm vindo a refletir sobre os processos e os instrumentos de avaliação. Nesse sentido, a produção de matrizes e outros materiais comuns, como sejam testes sumativos e critérios de correção têm contribuído para a aferição das práticas avaliativas. Alunos e pais e encarregados de educação conhecem os critérios de avaliação, o que concorre para a transparência do processo.

Verifica-se, assim, que o ponto fraco assinalado numa das anteriores avaliações externas, “A inexistência de práticas de calibragem dos instrumentos de avaliação, comprometendo a confiança na avaliação interna e nos resultados”, foi ultrapassado.

Contudo, não está generalizada a prática de transmissão de informação de retorno aos alunos sobre os seus desempenhos, enquanto estratégia reguladora dos processos de ensino e de aprendizagem. Prevalece a conceção da avaliação cujo principal propósito é a classificação e a certificação ou a seleção dos alunos. A assunção da avaliação formativa, enquanto processo que serve para ensinar e aprender melhor, apresenta-se como área a intensificar, o que está em consonância com uma das fragilidades identificadas no plano de ação de melhoria do Agrupamento.

É perceptível a tentativa, por parte das estruturas intermédias, de encetar algum trabalho de reflexão conjunta sobre as estratégias de ensino e aprendizagem, decorrente da identificação das áreas curriculares com piores resultados académicos. Porém, a monitorização do processo é diminuta, nomeadamente a forma como é operacionalizada a avaliação formativa. Face à incipiente recolha de informações não é clara a adequação e regulação dos processos de ensino e de aprendizagem.

Por outro lado, a avaliação diagnóstica é uma prática que, transversalmente, integrou as rotinas avaliativas, mas que merece ser objeto de reflexão, no sentido de aferir se a forma como está a ser implementada serve os objetivos que lhe estão subjacentes, em particular na educação pré-escolar.

Têm sido implementadas medidas de promoção do sucesso escolar, como sejam *tutorias*, o projeto + *Sucesso*, apoio educativo, planos de acompanhamento pedagógico ou coadjuvação. Da mesma forma, os diretores de turma realizam um trabalho de acompanhamento a alunos tendo em vista a melhoria dos seus desempenhos. No entanto, o desenvolvimento destas medidas nem sempre é monitorizado, o que prejudica o conhecimento do efetivo impacto de cada uma delas na qualidade das aprendizagens e dos resultados.

No último triénio, as taxas globais de sucesso dos alunos que beneficiaram destas medidas, nomeadamente apoio educativo (85,4%, 87,2%, 83,2%) e planos de acompanhamento pedagógico (91,2%, 87,2%, 91,3%), não evoluíram de forma consistente, o que significa que poderá haver melhoria no trabalho a realizar com estes alunos. Assim, “A ineficácia das medidas de apoio implementadas aos alunos com dificuldades transitórias de aprendizagem (...)”, ponto fraco referido numa das anteriores avaliações externas, não foi totalmente ultrapassado.

A diversificação da oferta formativa, bem como o trabalho desenvolvido em parceria com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e outras entidades, têm contribuído de forma significativa para que a ocorrência de situações de abandono escolar seja diminuta.

Em suma, a ação do Agrupamento tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas. o que justifica a atribuição da classificação de **SUFICIENTE** no domínio **Prestação do Serviço Educativo**.

### 3.3 – LIDERANÇA E GESTÃO

#### *LIDERANÇA*

O projeto educativo (2015-2020), elaborado em articulação com o projeto educativo municipal, identifica os princípios que consubstanciam a visão dos responsáveis sobre a missão do Agrupamento. Define três grandes linhas e identifica objetivos gerais e específicos de onde decorrem ações estratégicas que visam a sua consecução. Deste modo, foi superado o ponto fraco referido numa das avaliações externas anteriores, “A inexistência de um Projeto Educativo, comprometendo a operacionalização da política de gestão”.

As iniciativas previstas no plano anual de atividades estão em consonância com o projeto educativo e a relação entre estes documentos orientadores tem contribuído para uma imagem de Agrupamento associada, designadamente, à abertura à comunidade e à inclusão. Neste sentido, é manifesta a vontade em consolidar uma *escola democrática, polo cultural e instituição pública de referência, assente em valores humanistas, que ajude os alunos a encontrar um caminho que transforme os seus sonhos em realidade através do trabalho e do empenho com autonomia, competência e responsabilidade*, evidenciando o Agrupamento como prestador de um serviço público de qualidade e um elemento de valorização local.

No entanto, o projeto educativo não preconiza metas nem hierarquiza objetivos, tal como não prevê formas e instrumentos de avaliação, já que estes são aspetos contemplados no projeto educativo municipal, que determina as especificidades de cada unidade de gestão do concelho. Assim, uma relação mais objetiva e direta das atividades selecionadas para a construção do plano anual, permitindo que este se possa constituir instrumento de monitorização e avaliação do projeto educativo, é uma área a melhorar, para que seja possível a regulação sistemática do trabalho desenvolvido e a identificação atempada de desvios e respetivas causas.

A liderança do diretor, caracterizada pela abertura e disponibilidade, tem-se pautado pelo fomento e apoio a iniciativas que promovem a cultura de Agrupamento e a qualidade do serviço prestado. A melhoria das condições de trabalho tem acontecido com a reabilitação e modernização de diversos espaços e edifícios. Neste contexto, e relativamente às anteriores avaliações externas, foi aproveitada a oportunidade “A construção do novo centro escolar e a requalificação da Escola-Sede, no âmbito do Programa de Modernização do Parque Escolar, proporcionando a toda a comunidade o acesso a espaços e equipamentos adequados às especificidades dos processos de ensino e de aprendizagem” e resolvido o constrangimento “A exiguidade do ginásio da Escola-Sede, condicionando a prática da disciplina de Educação Física às condições climatéricas.”.

A sua visão estratégica é evidenciada pela diagnose correta das áreas prioritárias de intervenção e pela aposta na valorização das lideranças intermédias e no incentivo à sua atuação dentro do quadro de competências que lhes estão legalmente atribuídas. Contudo, importa aprofundar o debate em torno de questões fundamentais que impulsionem a melhoria da prestação do serviço educativo. A apropriação efetiva e o entendimento concertado que estas fazem das áreas e dos conceitos que as enquadram, designadamente no que respeita à articulação curricular, ao trabalho colaborativo e à supervisão pedagógica, são aspetos a considerar, sob pena de poderem comprometer a consecução dos objetivos delineados e das metas a atingir e, conseqüentemente, a melhoria do sucesso escolar.

Assim, registam-se progressos relativamente ao ponto fraco referido numa das anteriores avaliações externas, “A frágil assunção da liderança pedagógica dos coordenadores dos departamentos curriculares, condicionando o desenvolvimento de estratégias concertadas e promotoras de maior sucesso educativo.”

O exercício de uma liderança partilhada, baseada em princípios de exigência, proximidade, diálogo, respeito pela diferença e assertividade, é valorizado pela comunidade educativa que reconhece a competência do diretor no desempenho da sua função. Neste contexto, foi destacada a sua capacidade para gerir conflitos, partilhar responsabilidades, valorizar contributos e intervir oportuna e atempadamente.

Contudo, o conselho geral, enquanto órgão responsável pela definição das linhas orientadoras da ação do Agrupamento, apresenta algumas dificuldades no exercício pleno das suas competências, nomeadamente no acompanhamento e na avaliação do projeto educativo e do processo de autoavaliação.

A consecução da missão do Agrupamento é reforçada e consolidada através de parcerias e protocolos que contribuem para a melhoria do serviço prestado e para o desenvolvimento social e cultural das crianças e dos alunos. Destacam-se, entre outras, as realizadas com a Câmara Municipal de Abrantes e juntas de freguesia, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Universidade Católica do Porto, a Escola Superior de Tecnologia de Abrantes, a Escola Superior de Educação de Santarém, a Sociedade Artística Tramagalense e com diversas empresas da região. A mobilização dos recursos da comunidade é demonstrada, por exemplo, na concretização da formação em contexto de trabalho dos alunos dos cursos profissionais e dos que têm um plano individual de transição.

Assim, foi aproveitada a oportunidade referida numa das avaliações externas anteriores, “Existência de atividade económica diversificada (...) disponível para parcerias com o Agrupamento”.

Os pais e encarregados de educação, em concertação com a direção, realizam atividades da sua iniciativa que contribuem para a melhoria do bem-estar de crianças e alunos e envolvem-se na vida do Agrupamento através dos respetivos representantes e associações.

A implementação e o desenvolvimento de projetos estruturantes, designadamente *Iniciação à Programação no 1.º Ciclo*, *A Encosta* e *+ Sucesso*, programa 10X10, *Amigos do ZIKI*, *Mediação por Pares* e *Clube de Educação Financeira*, com a participação de crianças, alunos, docentes dos diferentes níveis e ciclos de educação e ensino e parceiros, permitem enriquecer as aprendizagens e contribuem para a formação integral dos alunos e para a qualidade do sucesso escolar.

## GESTÃO

A gestão de recursos humanos tem em conta o perfil dos trabalhadores, as suas competências e formação. Na distribuição do serviço docente, prevalecem critérios de continuidade das equipas pedagógicas e do cargo de diretor de turma, o que favorece o acompanhamento dos alunos e a ligação com as famílias. No que respeita aos trabalhadores não docentes, existe rotatividade de funções, considerando as necessidades do serviço, respeitando-se, sempre que possível, as preferências dos trabalhadores. Porém, afigura-se fundamental a realização mais sistemática de reuniões com os assistentes operacionais, no sentido de fomentar um trabalho conjunto e articulado, a partilha de conhecimentos e experiências entre pares, de modo a agilizar a redistribuição de tarefas, no quotidiano, e contribuir para a melhoria da qualidade do serviço prestado à comunidade e para o seu maior envolvimento na vida da escola.

O plano de formação é elaborado a partir da identificação das necessidades, sendo desenvolvido em articulação com o centro de formação local. São dinamizadas ações internamente, sobretudo destinadas aos docentes, que promovem a partilha de experiências e conhecimentos.

O recurso às tecnologias digitais, nomeadamente ao correio eletrónico institucional, às plataformas *moodle* e *INOVAR* e à página *web* do Agrupamento, tem potenciado a eficácia e eficiência dos circuitos de comunicação e informação interna e externa. No entanto, e apesar de alguns constrangimentos relativos aos equipamentos informáticos, em particular nos jardins de infância e escolas do 1.º ciclo, a sua utilização enquanto instrumentos de apoio ao ensino e às aprendizagens pode ser mais generalizada. Neste sentido, ainda não foi superado o ponto fraco referido numa das avaliações externas anteriores, “Insuficiente formação no âmbito das tecnologias de informação e comunicação para serem utilizadas como instrumento de trabalho e de aprendizagem”.

## AUTOAVALIAÇÃO E MELHORIA

A importância estratégica da autoavaliação, enquanto instrumento de regulação que fundamenta a consecução da política definida, é reconhecida pelas diferentes lideranças e intervenientes da comunidade educativa.

O projeto de autoavaliação coordenado, a partir do ano letivo de 2014-2015, pela equipa responsável (*Observatório de Qualidade*), que integra apenas docentes dos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário, denota uma construção dificultada pelos consecutivos reagrupamentos, e assenta, atualmente, no quadro de referência da avaliação externa das escolas, da Inspeção-Geral da Educação e Ciência.

Constituem-se práticas do Agrupamento a recolha de dados relativos a resultados académicos, abandono escolar e indisciplina, entre outros, a realização de relatórios de execução de atividades, dos departamentos curriculares, dos coordenadores dos diretores de turma, da secção de avaliação do conselho pedagógico, de projetos e de clubes e outros resultantes da implementação do programa AVES (Avaliação de Escolas), em colaboração com a Fundação Dr. Manuel Leão. A informação recolhida tem permitido aos diferentes órgãos e estruturas a realização de reflexões sistemáticas que se materializam na apresentação de propostas de melhoria e na fundamentação da tomada de decisões.

Realça-se a contribuição que os procedimentos de autoavaliação implementados têm tido no desenvolvimento das práticas organizativas. Contudo, sublinha-se a importância do acompanhamento das ações de melhoria, nomeadamente das previstas no plano de ação estratégica elaborado no âmbito do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, e a necessidade de intensificar o planeamento, a implementação e a monitorização de ações que incidam nos processos de ensino e de aprendizagem, com enfoque no trabalho realizado em sala de atividades/aula, de modo a conhecer, com rigor, o seu impacto nas aprendizagens e nos resultados dos alunos.

Foram, assim, parcialmente superados os pontos fracos identificados nas avaliações externas anteriormente efetuadas, “Inexistência de práticas de autoavaliação, sistemáticas e consistentes, que abrangem todas as áreas de funcionamento do Agrupamento e garantam o seu desenvolvimento

sustentado” e “A inexistência de impacto da avaliação interna nas dinâmicas de gestão e organização escolar, comprometendo a melhoria e a sustentabilidade do progresso”.

Em suma, tendo em conta os juízos avaliativos formulados neste domínio, o Agrupamento apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **BOM** no domínio **Liderança e Gestão**.

## 4 – PONTOS FORTES E ÁREAS DE MELHORIA

A equipa de avaliação realça os seguintes pontos fortes no desempenho do Agrupamento:

- Diversidade de projetos e atividades de cariz cívico, solidário, cultural e desportivo e valorização da dimensão artística na oferta formativa, o que contribui para a formação pessoal e social das crianças e dos alunos, para o reconhecimento pela comunidade educativa da ação desenvolvida pelo Agrupamento e para a satisfação das famílias.
- Rendibilização dos recursos das bibliotecas escolares na dinamização de atividades de pesquisa e na promoção da leitura, de um modo transversal a todos os níveis de educação e ensino, com impacto na melhoria do serviço educativo prestado.
- Mobilização de recursos para dar resposta aos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, nomeadamente nas unidades de ensino estruturado e de apoio especializado, que proporcionam um acompanhamento abrangente em resultado da articulação entre os diversos profissionais, as famílias e as entidades locais.
- Visão estratégica do diretor, evidenciada pelo diagnóstico e gestão corretos das áreas de intervenção prioritárias, pelo planeamento de ações alicerçadas nos projetos educativos municipal e do Agrupamento e pelo desenvolvimento de projetos estruturantes e parcerias.
- Liderança do diretor, partilhada e de proximidade, fomentadora de um bom relacionamento entre elementos da comunidade educativa e da qualidade das condições de trabalho.
- Forte envolvimento dos pais e encarregados de educação na organização e/ou participação em diversas atividades desenvolvidas para a comunidade local, o que tem contribuído para o bem-estar das crianças e dos alunos e para a melhoria do serviço educativo.

A equipa de avaliação entende que as áreas onde o Agrupamento deve incidir prioritariamente os seus esforços para a melhoria são as seguintes:

- Auscultação dos alunos em assembleias de turma ou de delegados, tendo em vista a recolha de sugestões para a melhoria da organização e funcionamento do Agrupamento, promovendo o seu envolvimento e responsabilização na tomada de decisões que lhes dizem respeito.
- Intensificação dos processos de articulação curricular, vertical e horizontal, que possibilitem um desenvolvimento e gestão focados nas potencialidades e necessidades das crianças e dos alunos ao longo do respetivo nível de educação e ensino e na transição entre níveis/ciclos.
- Generalização de práticas de diferenciação pedagógica, de metodologias de ensino mais ativas em sala de aula e incremento da avaliação formativa, visando o maior envolvimento

dos alunos nos processos de ensino e de aprendizagem e na melhoria dos resultados académicos.

- Estabelecimento de mecanismos de monitorização e de avaliação das medidas de promoção do sucesso escolar, de forma a conhecer o seu impacto na qualidade das aprendizagens e no sucesso escolar.
- Aprofundamento do processo de autoavaliação, através da implementação de procedimentos de recolha e tratamento de informação e sua divulgação, que resulte de uma ação concertada entre planificação e monitorização das ações para a melhoria, com efetivo impacto na regulação da organização.

12-07-2017

A Equipa de Avaliação Externa: Dulce Campos, Marisa Correia e Marisa Janino Nunes

**Concordo.**

À consideração do Senhor Inspetor-Geral da Educação e Ciência, para homologação.

A Chefe de Equipa Multidisciplinar da Área Territorial de Inspeção do Sul

*Maria Filomena Aldeias*

*2017-08-17*

**Homologo.**

**O Inspetor-Geral da Educação e Ciência**

Por delegação de competências do Senhor Ministro da Educação nos termos do Despacho n.º 5477/2016, publicado no D.R. n.º 79, Série II, de 22 de abril de 2016